

A BATALHA DOS MÉTODOS (*METHODENSTREIT*) REVISITADA: CONVERGINDO EM DIREÇÃO AO INSTITUCIONALISMO?

Octavio A. C. Conceição*

Today if you ask a mainstream economist a question about almost any aspect of economic life, the response will be: suppose we model that situation and see what happens... modern mainstream economics consists of little else but examples of this process. (Robert Solow, 1996, apud Colander et al., 2004, p. 488).

For each individual agent, the material and social context of activity helps to constitute meaning and action.(...) The adoption of a context-dependent, situated rationality is consistent with an institutional economics in which agency and structure are both important and mutually constitutive. These developments are slowly beginning to affect economics. (Hodgson, 2009, p. 13).

RESUMO: Este artigo retoma a antiga “batalha dos métodos”, desencadeada no final do século XIX entre o historiador alemão Gustav Schmoller e o austríaco Carl Menger. Tal debate é importante por estabelecer os fundamentos para o avanço da economia até os dias de hoje. As várias fases deste debate, ao longo do século XX, marcaram uma necessidade de aproximação entre a economia e as demais ciências sociais, que mantiveram um tenso convívio até a atualidade. Entendemos que o institucionalismo vem congregando, desde o final do século XX, os elementos para reestabelecer tão importante diálogo entre “teoria” e “história”.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia Econômica, História do Pensamento Econômico, Institucionalismo, *Methodenstreit*.

ABSTRACT: This paper deals with the ancient “battle of methods” occurred in the end of XIXth century, between the German historicist Gustav Schomoller and the Austrian economist Carl Menger. The importance of this battle is due to establishment of the foundation of economics, which persist until the current days. Along the XXth century, the relevance of the debate was emphasized in different phases, demonstrating the persistent tension between economics and the social sciences. We think that institutionalism is capable of aggregate the elements to reestablish nowadays the dialogue between “theory” and “history”.

KEYWORDS: Economic Methodology, History of Economic Thought, Institutionalism, *Methodenstreit*.

* Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Economia e do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS. Pesquisador do CNPq.

Não é incomum ocorrer na teoria econômica o embate entre posições antagônicas, que, historicamente, revezam-se pela disputa do *mainstream* em economia. Às vezes, quem protagoniza tal posição repudia noções, conceitos e aspectos metodológicos da corrente derrotada, reincorporando-os posteriormente, quando sua hegemonia e seu campo de ação teórico se amplia, só que, às vezes, de forma distorcida ou adulterada em relação ao seu sentido original. Julgamos que isto vem se repetindo nos dias de hoje. Entendemos que atualmente o *mainstream* vem incorporando noções que antes repudiava, como o caso de muitos conceitos oriundos da agenda de pesquisa heterodoxa. Dentre estes destacamos preliminarmente as noções de racionalidade limitada, imperfeições de mercado, incerteza, ergodicidade, seleção adaptativa e instituições.¹

A alternância de posições hegemônicas na agenda de pesquisa econômica repetiu-se, algumas vezes, no último século. Foi assim na virada do século XIX, quando o neoclassicismo assumiu o protagonismo; nos anos 30, a hegemonia pendeu para o lado keynesiano; no final dos anos 60, a “contra-revolução monetarista” revigorou os princípios da ortodoxia; nos anos 80, na conformação do “Consenso de Washington”, as expectativas racionais dos novos clássicos retomaram a predominância no ambiente econômico mundial; e, atualmente, no pós-2008, ideias keynesianas, tão fortemente combatidas na virada do século, retomaram lugar de respeito no cenário econômico. Em tal processo, os aspectos institucionais passaram a ser crescentemente incorporados, muito embora sem a devida preocupação com sua conceituação².

A forte avalanche teórica aberta nos anos 80, a partir da hegemonia do pensamento novo clássico, abriu novas fronteiras teóricas, que trouxe consigo a incorporação da agenda de pesquisa institucionalista. Esta, diga-se de passagem, foi, desde sua origem, no final do século XIX, crítica aos princípios de otimalidade, racionalidade substantiva e comportamento passivo dos agentes. Hoje, o institucionalismo é onipresente: aparece tanto na abordagem neoclássica, novo clássica, novo keynesiana, quanto na neo-schumpeteriana ou evolucionária e pós-keynesiana.

¹ Trataremos deste ponto no final da parte II deste trabalho, a partir de sugestão proposta por Colander *et al.* (2004).

² A ausência de uma conceituação mais precisa sobre “o que seriam as instituições” e quais abordagens incluir-se-iam em tal espectro, motivou a crítica de Nelson (1995), que advertiu os institucionalistas a fim de que se entendessem na proposição de um conceito de instituição, capaz de ser utilizável pela agenda de pesquisa neo-schumpeteriana.

Por esta razão retomamos o rico debate sobre a batalha dos métodos, que norteou os rumos da teoria econômica contemporânea. Consideramos que hoje, porém, a referida batalha se complexificou: ela não mais se restringe à clássica dicotomia empírico-indutiva *versus* abstrato-dedutiva, como ocorreu no início da *Methodenstreit*. Mas incorporou, ao longo do século XX, aspectos metodológicos vinculados tanto à formalização matemática e noções de otimalidade, quanto às proposições heterodoxas referidas anteriormente, como as noções de mudança estrutural, incerteza, racionalidade limitada, preferências endógenas, convenções e aspectos comportamentais dos indivíduos. Neste sentido, as agendas neo-schumpeterianas, pós-keynesianas e institucionalistas parecem abrigar-se sob o mesmo guarda-chuva, embora com suas especificidades. O que procuraremos explicitar é que tais visões incorporaram aspectos do comportamento social, que a agenda ortodoxa negligenciou ao longo de grande parte do século XX – que Swedberg definiu como “imperialismo”, como se discutirá na seção II – e que mais recentemente vem sendo paulatinamente “apropriadas” em sua agenda de pesquisa, embora sem reconhecimento explícito de sua parte. A este processo designa-se, conforme proposição de Swedberg, *socioeconomics*, que, a nosso ver, constitui uma relativa vitória da heterodoxia, na batalha dos métodos atual, que tem no institucionalismo contemporâneo sua materialização mais perceptível³.

A *Methodenstreit* foi levada a efeito no final do século XIX, e travou-se entre Carl Menger e Gustav Schmoller. Consistiu na controvérsia sobre a natureza do método em economia. A questão fundamental que a originou, e que persiste até hoje é: a teoria econômica deveria ser construída com base em fundamentos abstratos, dedutivos e hipotéticos, sem dar importância à realidade empírica? Ou, seu oposto, a economia está fadada a se restringir à acumulação de fatos empíricos e sua compilação em tediosas estatísticas? Em outros termos, deve o conhecimento “exato” livrar-se de qualquer evidência empírica ou, alternativamente, construir um radical movimento em direção ao empiricismo? Sob esta concepção, seria o individualismo metodológico (em oposição ao coletivismo metodológico) indispensável à economia (ou vice-versa)?

³ Em Hodgson (2007b) há uma explícita reflexão neste sentido, onde enfatiza que, analiticamente, há uma clara aproximação da Nova Economia Institucional (NEI) ao *Original Institutional Economics* (OIE), cuja articulação se dá pela incorporação do evolucionismo à agenda de pesquisa dos primeiros. Este ponto será discutido na seção III.

Estas questões parecem ter retornado com fôlego nos dias de hoje – se é que estiveram ausentes ao longo de todo o século XX –, só que através de uma radicalização entre as concepções heterodoxas *versus* ortodoxas. Para os economistas alemães, a teoria econômica dos austríacos carecia de fundamentos por ser não-empírica, não-realística e, portanto, inútil. Para os austríacos, os alemães utilizavam um método histórico que consistia apenas em uma mera descrição dos fenômenos e fracassavam na busca de relações e leis econômicas válidas. Qual das posições teóricas é a mais adequada e acurada?

Entendemos que o avanço das agendas de pesquisa Pós-Keynesianas⁴, Neo-Schumpeterianas e Institucionalistas pende para o lado dos alemães; e os avanços da escola das Expectativas Racionais pende para o lado austríaco. O artigo se desenvolve sobre estas questões subdivididas em três partes, além desta introdução e de uma breve consideração final. Na parte I se discutirá a Batalha dos Métodos entre Menger e Schmoller. Na parte II, a periodização proposta por Swedberg sobre as várias fases da referida batalha. E na parte III procurar-se-á conectar as relações entre esta batalha e os desdobramentos da teoria econômica contemporânea, no que tange aos avanços da agenda institucionalista.

I. A PRIMEIRA BATALHA DOS MÉTODOS: *METHODENSTREIT*

A *Methodenstreit* é usualmente descrita como uma disputa entre o método abstrato-dedutivo de Menger e o método empírico-indutivo de Schmoller. Vários autores sustentam esta versão, incluindo Schumpeter. O primeiro autor a usar o termo

⁴ Artigos recentes da referida abordagem vinculam-na a uma proposição metodológica designada de indutiva ou histórico-indutiva, como o fazem Ferrari-Filho e Terra (2016). O artigo traz importantes referências ao debate metodológico atual sobre a obra de Keynes. Em uma das notas referindo-se a Bresser-Pereira afirmam que: “Conforme Bresser-Pereira (2012, p. 299), “economia deve ser uma ciência modesta, uma ciência racional e uma ciência pragmática. Uma ciência modesta porque [...] relações [são] [...] confrontadas com a realidade [...] [porque] estrutura e instituições estão em permanentes mudanças [...] [e] incerteza [...] [faz parte] do comportamento econômico. Uma ciência razoável porque homens e mulheres são seres racionais [...] E uma ciência pragmática porque crescimento e estabilidade financeira são os principais objetivos políticos das modernas sociedades democráticas”. Esses pressupostos da ciência econômica apresentados por Bresser-Pereira (2012) estão relacionados à ideia de que a Ciência Econômica é um “modelo aberto”, em que o método de análise é o histórico-estruturalista e indutivo, instituições importam, os comportamentos psicológico-expectacionais dos indivíduos, como classes sociais, são relevantes e prevalecem incertezas na tomada de decisões, entre outros (Lawson, 1997; Chick, 2004).” (Ferrari-Filho e Terra (2016, p. 72). Interessa-nos reter nesta passagem o vínculo indissociável entre Keynes e instituições.

foi Böhm-Bawerk (Louzek, 2011). John Neville Keynes, o pai de Keynes, também contribuiu na disseminação do referido debate.

No início da disputa, Schmoller entendia sua batalha com Menger como uma luta entre indução e dedução. A difusão do debate estendeu seus limites para além da batalha entre métodos abstrato-dedutivos *X* empírico-indutivos, fazendo crer que o conceito original, por ser demasiado restritivo, deveria ser ampliado em três principais linhas.

Em primeiro lugar, porque a disputa Menger *X* Schmoller envolvia outras questões além da referida controvérsia, como a questão da justificabilidade das leis econômicas exatas, bem como a disputa em torno do individualismo *versus* coletivismo em economia e nas ciências sociais.

Em segundo lugar, a disputa não podia se reduzir à referida polarização, porque esta terminologia é oriunda de interpretações mais próximas à Schmoller do que de Menger, que nunca a empregou. O termo empregado por Menger era “orientação exata *versus* empírico-realista da pesquisa científica” (*die exakte und die realistisch-empirische Richtung der Forschung*) (Louzek, 2011, p. 441).

Em terceiro lugar, o termo não podia ser reduzido a um debate entre Menger e Schmoller, uma vez que a discussão entre ambos tangencia a questão complexa envolvida no debate entre os métodos. Há autores que consideram que Schmoller não enriqueceu a discussão com algo original, tendo Menger se digladiado, de fato, mais com Wilhelm Roscher, o representante da velha escola histórica alemã.

O que se deprenderá desse artigo é que, desde o final do século XIX, a batalha dos métodos envolve três aspectos: uma disputa sobre a justificabilidade dos métodos dedutivos ou indutivos; uma disputa sobre a existência de leis exatas em economia; e uma disputa sobre individualismo *versus* coletivismo metodológico em ciências sociais.

ANTECEDENTES ACADÊMICOS À 1ª FASE

Durante a primeira batalha dos métodos na Alemanha, no século XIX, a economia não era uma área estabelecida como disciplina autônoma, como ocorria com a história, com a filosofia e com as ciências naturais. Não havia um departamento de economia nas universidades e a economia nacional era incluída na história. Na Inglaterra, a economia política se consolidava muito lentamente como disciplina autônoma. Mesmo depois de Adam Smith, os economistas trabalhavam em vários

outros departamentos, ligados à história, ao direito ou às ciências morais. Provavelmente, o professor pioneiro da disciplina de *History and Economics* foi Thomas Malthus, no *East Indian College*, em Haileyburym, em 1805 (Louzek, 2011).

O ramo inglês da economia tornou-se autônomo com a influência das ciências naturais, e, na Alemanha, tal influência foi devida à aproximação com a história e com o direito. Assim, a *Methodenstreit* pode ser comparada à dor do parto que acompanhou o nascimento de teorias econômicas separadas, que eram distinguidas pela história na Alemanha (Hodgson, 2001, *apud* Louzek, 2011, p. 442). Tal divisão em três disciplinas – história, direito e ciências naturais – eram menos estritamente separadas lá do que nas universidades inglesas. Ao contrário dos estudantes das universidades continentais europeias, os ingleses estudavam várias disciplinas⁵. As universidades austríacas e germânicas separavam disciplinas individualmente por faculdades isoladas, onde os estudantes tinham limitada possibilidade de obter uma educação mais ampla e contato com outras disciplinas. A separação da economia teórica de suas “ciências maternas” (filosofia e direito) foi mais dolorosa e conflituosa na Alemanha e Áustria do que na Inglaterra.

Tanto as economias alemã, como a inglesa, tinham suas raízes na filosofia, assentadas em Locke, Hume, Smith ou Mill. Porém, existiam raízes na lei e no direito, algo também ocorrido na França e na Itália. Apesar disso, a tradição jurídica e legal permaneceu sendo característica e típica da Alemanha, com forte influência em outros países. No final do século, a Escola Austríaca começou a cindir-se desta tradicional tendência. Na contramão do método histórico, tentaram avançar na criação de uma “teoria real”, o que foi interpretado como uma traição ao pensamento que articulava historicismo e direito. Daí começou a entrar em erupção uma das mais significativas disputas metodológicas na história econômica: a Batalha dos Métodos em economia.

CARL MENDER E O MÉTODO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

⁵ Segundo Louzek (op.cit., p. 442): “For example, Adam Smith studied mathematics, classical philology and philosophy in Glasgow and Oxford. Malthus was educated in mathematics, natural sciences and linguistics. Keynes, in addition to economics, also studied history, politics, mathematics and arts.”

O trabalho mais significativo de Carl Menger foi *Principles of Economics* ([1871] Louzek, 2011). Na época dos *Principles* de Menger, a “jovem” escola histórica dominava a economia alemã, cujos estudiosos orientavam-se a questões políticas práticas. Reivindicavam um método histórico-descritivo que pudesse ser empregado tanto para políticas sociais, quanto econômicas. Contudo, a metodologia exata e individualista de Menger teria pouca chance de sucesso na comunidade alemã de economistas. O objeto de desconfiança dos últimos recaía não sobre a “teoria subjetiva do valor”, como algumas vezes reivindicado, mas sobre a exigência explícita de Menger de um “individualismo metodológico”, que provocou a ira dos historiadores alemães. Isto porque tal proposição exigia que as ciências sociais devessem basear as explicações dos fenômenos sociais nas “preferências dos indivíduos” (aliás, Veblen, como se verá no item III, foi um autor que sempre se posicionou neste sentido). Normalmente, os economistas alemães advogavam princípios do coletivismo metodológico, contrariando radicalmente as premissas de Menger (Louzek, 2011).

A ruptura deste com os economistas alemães se deu com a publicação de *Investigations into the Method of the Social Sciences, with Special Reference to Economics* ([1883] Louzek, 2011). Ao tentar definir a economia como uma “ciência teórica”, criou um problema ao distinguir entre ciências históricas e ciências teóricas ao tratar da sociedade e da economia. Para Menger, as ciências históricas distinguem-se das teóricas porque, nas primeiras, analisa-se o específico, os fenômenos “individuais”, ao passo que as últimas estão no plano do que é geral e comum a todos os fenômenos.

Para Menger, a “teoria” em economia não deve ser confundida com as ciências históricas em economia (Louzek, 2011), visto que a pesquisa teórica teria duas diferentes trajetórias:

- a) Quando um cientista tenta captar toda a realidade empírica, ou a totalidade do fenômeno em sua integral complexidade, ele “tipifica” a soma dos fenômenos reais em certas formas fenomênicas e, subsequentemente, apresenta padrões e formas deste fenômeno como ele as vê ou experimentou na prática. Este método de trabalho é designado como *realistic-empirical orientation of theoretical research*.
- b) Quando um cientista foca em certo aspecto específico do fenômeno ou formas fenomênicas, ele assume que todos os outros aspectos ou circunstâncias são constantes. Este método leva ao estabelecimento do que é conhecido como *exact orientation of theoretical research*.

Ambas as orientações revelam tipos diferentes de compreensão, predição e controle dos fenômenos econômicos. A diferença está em que a empírica baseia-se na experiência, e a lei exata baseia-se na estrutura empírica, que adiciona outras hipóteses não-empíricas, como a noção de *ceteris paribus*. Como consequência, Louzek (2011) adverte que enquanto uma é válida em termos relativos, a exata é válida em termos absolutos e não aceita exceção. Esta diferenciação é fundamental no campo das ciências econômicas.

Para Menger, a meta da ciência teórica exata é descobrir os elementos mais simples dos fenômenos naturais ou sociais e, a partir daí, buscar as explicações dos fenômenos mais complicados. Isto se justifica em situações onde os elementos mais simples são de natureza não-empírica. Daí a grande vantagem das ciências sociais sobre as naturais. Explicando melhor: os elementos últimos sobre os quais a interpretação teórica exata dos fenômenos naturais deve se reduzir são os “átomos” ou “forças”, que não são elementos de natureza empírica. Não se pode imaginar átomos ou forças naturais através da representação, mas os compreendemos como fenômenos oriundos de causas desconhecidas de movimentos reais.

Daí surgem as grandes dificuldades no sentido de interpretar correta e exatamente os fenômenos naturais. Isto é o oposto das ciências sociais, onde os indivíduos e seus esforços, elementos últimos de análise, são de natureza empírica, de maneira que as ciências sociais teóricas exatas têm uma grande vantagem sobre as ciências naturais exatas (Menger, 1985, p. 142, *apud* Louzek, 2011, p. 445). Para Menger, o método correto da pesquisa teórica no campo natural não nega a unidade dos organismos como um todo, mas busca a origem e funções destas formações individuais e tenta explicar como funcionam as unidades reais. Neste sentido, é sempre recomendável, para ele, o individualismo metodológico, que se opõe ao que designa “método empírico-realístico da pesquisa científica”. Como exemplo, tem-se a origem e emergência da moeda e de várias outras instituições sociais.

GUSTAV SCHMOLLER E A ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ

Schmoller é o autor alemão mais comumente associado à *Methodenstreit*. Escreveu uma revisão do livro de Menger que se notabilizou em várias frentes: foi o primeiro autor a interpretar a “orientação empírica e exata da pesquisa científica” como uma alternativa em termos de método abstrato-dedutivo *versus* empírico-indutivo:

“The two paths, which Menger sees in economics, are called realistic-empirical and exact by him. By this, he means that which is usually referred to as inductive and deductive procedures” (Schmoller 1888: 280 apud Louzek, 2011, p. 448).

Tal rótulo foi gradualmente sendo aceito em economia e caracteriza a *Methodenstreit* até hoje. Para Schmoller, os métodos indutivos e dedutivos não são conflitantes entre si, mas suplementares. Todo estudo descritivo envolve material empírico ou dados históricos, sobre os quais se possa construir uma “teoria geral”. De outro lado, teorias dedutivas complexas desconectadas da realidade (empírica) são consideradas “devaneios”.

Schmoller criticou Menger por restringir teoricamente a economia a uma disciplina que trata de noções como as de valor, preço e da natureza do dinheiro, deixando de examinar aspectos sociais da vida econômica. Esta crítica é recorrente na análise não-convencional, como o fazem Hodgson, Lawson, e Swedberg, como veremos. Do enfoque mengeriano surgiria uma teoria questionável de natureza especulativa e desvinculada da sociedade.

Schmoller admitia que a crítica de Menger à Escola Histórica Alemã era válida em alguns casos, mas enfatizou que não era possível extrair conclusões amplas e genéricas para uma disciplina científica, a partir de uns poucos erros ou disparates isolados. Esses são elementos centrais da crítica de Schmoller à Menger, cabendo mencionar que o primeiro não reconhecia autoridade intelectual ao último:

Menger is absolutely incapable of understanding the fundamental causes and merits of the historical school because he lacks the authority to do so. The historical school represents a return to the scientific grasp of reality instead of vague abstractions lacking the desired connection to reality. (Schmoller 1888: 287, apud Louzek, 2011, p. 448)

A resposta de Menger foi dada em “*Errors of Historicism in German Economics*” (Menger [1884] 1970: 1–99, apud Louzek, 2011, p. 448), que se resumiu a ataques a Schmoller, com poucos argumentos teóricos, e poucas ideias novas que reavivassem o debate tratado em *Investigations*. Seus pontos centrais na distinção entre métodos de pesquisa científica exata e empírico-realística derivariam da clara separação entre a história e a ciência social teórica, adicionada à crítica ao “coletivismo metodológico” de Schmoller.

O que se percebe nos dias de hoje é uma acentuação desta dicotomia entre pesquisa “exata” versus “empírico-realística”, pendendo a primeira para o campo do

mainstream ortodoxo e a segunda para o campo das modernas concepções heterodoxas, onde incluímos as agendas Pós-Keynesianas, Neo-Schumpeterianas e Institucionalistas.

INTERPRETAÇÕES DA 1ª BATALHA DOS MÉTODOS

As interpretações da *Methodenstreit* de Eugen von Böhm-Bawerk, J. N. Keynes e J. Schumpeter consideraram que tal discussão tomou uma dimensão exagerada e até certo ponto desnecessária. Para eles, não havia grandes diferenças programáticas entre Menger e Schmoller capazes de justificar tamanha disputa. Para os neo-austríacos, como Ludwig von Mises e F. A. von Hayek, tal debate teve um profundo significado que os fez enfatizar a concordância com Menger. No entanto, ao contrário do pluralismo metodológico, advogavam eles a necessidade de um “monismo metodológico”, que, a partir da metade do século XIX, começou a tomar forma.

As interpretações econômicas *standard* estariam corretas ao qualificarem a *Methodenstreit* como uma disputa em certo grau exagerada e desnecessária. O contexto filosófico da batalha dos métodos é mais profundo do que a discussão metodológica. Há neste embate duas tradições filosóficas. A austríaca e a alemã. Menger era filiado à tradição que produziu, no século XX, Wittgenstein, Neurath e Popper. Tal tradição é essencialista, focada na lógica e no racionalismo. Gustav Schmoller, enquanto membro da nova fase da Escola Histórica Alemã, pertencia a uma tradição completamente diferente, assumindo uma orientação idealista, seguidora de Kant, Fichte, Schelling e Hegel (Louzek, 2011). Embora houvesse, no século XIX, uma posição contrária à inclinação materialista - cujos exemplos foram Feuerbach e Marx - havia um compromisso com o empirismo. É nesta posição que se encontra Schmoller, situando-se entre um “deliberado empiricismo” e o ‘indutivismo’. Para Louzek (2011, p. 452):

“This has connection with Schmoller’s deliberate empiricism and inductivism. The intellectual climate of Germany of the 19th century had a strong historicist and organicist orientation. This was also manifested in Schmoller’s historicism and methodological collectivism. Menger spoke out against Schmoller at the moment when he felt that Schmoller was putting the methodology itself—the inductive procedures, the historical empiricism and methodological collectivism—in absolute terms and was making them the only justified approach in social sciences in general”.

Menger criou uma teoria econômica original, construída sob o tradicional subjetivismo alemão, mas substituindo o coletivismo metodológico pelo individualismo metodológico. A partir daí, suscitou dois tipos de teoria econômica: a construída de

forma exata, essencialista e dedutiva e a baseada no empiricismo, realismo e indução. Seus *Principles* tentam justificar a abordagem centrada no primeiro. Menger não concordaria que construiu uma “teoria monista”, no sentido de que o individualismo metodológico seria o único *approach* em economia. Para ele, indução, historicismo e coletivismo metodológico não representariam “o único” método das ciências sociais e econômicas, nos moldes dos historiadores alemães.

Schmoller interpretou a *Investigations* como um ataque a si próprio e à escola histórica alemã. Criticou Menger chamando-o de ‘sonhador’, ao que foi retrucado em *Errors of Historicism*. O curioso desta discussão é que ambos os autores reconhecem a validade dos dois métodos, incluindo a Escola Austríaca de Wieser e Böhm-Bawerk, que admitia vários métodos em economia – embora considerassem importante uma teoria “pura” em economia, que fora negligenciada na área cultural da Alemanha no século XIX.

Com a revolução causada pelos “Neo-Austríacos” Ludwig von Mises e F. A. von Hayek houve uma radicalização dos métodos, em direção contrária ao historicismo do século XIX. Sustentavam um monismo metodológico no sentido do fortalecimento do individualismo. Reacendeu-se a *Methodenstreit*, como uma teoria econômica mais exata, dedutiva e baseada na composição com os indivíduos. Segundo Louzek (2011, p. 454): “*The personal quarrel between Menger and Schmoller is just a single spark in this deep and fundamental transformation of economic methodology*”.

A disputa entre Menger e Schmoller deve evitar conclusões equivocadas, como, por exemplo, supor que há conflitos entre teoria, abstração e dedução, de um lado, e história, realismo e indução, de outro. A disputa entre os métodos abstrato-dedutivos X empírico-indutivos não pode ser associada a um antagonismo entre teoria e história. Isto porque tais métodos são empregados “dentro” da economia e não constituem uma linha divisória entre economia e história. A economia sempre empregou ambos os métodos. O campo neoclássico constitui exemplo de “teoria pura abstrato-dedutiva”, centrado nas hipóteses do *homo economicus*. O mesmo pode ser dito da teoria da *public choice*. No outro caso tem-se a teoria centrada na Curva de Phillips, que estabelece a relação inflação-desemprego, a partir de uma teoria empírica-indutiva dos neo-keynesianos, que gerou críticas semelhantes de Friedman e Schwartz.

Uma propriedade básica do método abstrato-dedutivo é que suas conclusões não podem ser verificadas ou falseadas pela experiência, uma vez que são baseados em hipóteses, o que prescinde de experiências. O método empírico-indutivo é diferente:

baseia-se no empirismo e suas conclusões não possuem validade absoluta e inevitável. Aí, o princípio do falsificacionismo de Popper e Lakatos tem sentido. A questão que se coloca é qual o melhor?

Por não haver uma resposta satisfatória, considera-se que a disputa metodológica entre Menger e Schmoller persiste até os dias de hoje, só que forma ampliada: uma disputa entre indução versus dedução, leis exatas versus leis empíricas, e individualismo metodológico versus coletivismo metodológico ⁶.

II. A BATALHA DOS MÉTODOS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Para dar sustentação à proposição acima, recorreremos à história das ideias econômicas. A periodização proposta por Swedberg (1990) constitui-se em provocativa e preocupante alternância de fases, ante a hegemonia do *mainstream* no campo economia, que caracterizou todo o século XX. Mesmo com a hegemonia keynesiana, dos anos 30 aos 60, o pensamento ortodoxo assumiu um caráter fechado e avesso à conexões com as demais áreas sociais. Isto justifica a periodização de Swedberg, para quem houve o fortalecimento de visões que “excluíram” do campo da economia o “avanço” no sentido de incorporar as questões sociais. Para ele, tal “avanço” só ocorreria mediante uma agenda de pesquisa que se abrigaria sobre a denominação genérica de *socioeconomics*, que, em nossa visão, incluiria as visões heterodoxas mencionadas.

A divisão de Swedberg entre imperialismo e *socioeconomics* retoma, nos dias de hoje, as três polarizações suscitadas acima – leis exatas X empíricas, dedução X indução e individualismo X coletivismo metodológico. A periodização proposta é a que se segue:

1. O tempo da Economia Política (final do século XVIII ao final do século XIX): neste período havia uma mistura entre análise econômica institucional, reflexões

⁶ Louzek (2011, p. 459) conclui seu texto afirmando que: *Although the two adversaries took irreconcilable positions, in fact both methods are a part of economics: the deductive one as well as the inductive one.(...) The first battle of methods was one of the most important events in the history of economic thought. For Menger, economics was no longer concerned with the study of economic systems but it was a discipline focused on the economic aspects of human behavior. It initiated the process in which economics was transformed from the science of economy to the science of choice.*

filosóficas e a análise econômica propriamente dita. Neste período caberia a afirmativa de J. Stuart Mill:

“A person is not likely to be a good economist who is nothing else. Social phenomena acting and reacting on one another, they cannot rightly be understood apart” (Mill as cited in Marshall) (Swedberg, 1990, p. 141)⁷.

2. O *Methodenstreit* ou a Primeira Batalha Paradigmática entre a Economia e as outras Ciências Sociais (1880 a 1910): tal período marcou a transição da “economia política” para a economia (no sentido de “teoria econômica” ou *economics*). Há uma radical separação entre a economia da história e da sociologia, originando o nascimento da “história econômica” (como uma espécie da não-teoria). Neste sentido, tem-se que: *“A person is likely to be a good economist who is nothing else”* (Swedberg, 1990, p. 141) ⁸.
3. Mútua ignorância e distorção nas ciências sociais (1920-1960): foi o período em que a “moderna economia” avançou por si própria, inexistindo relações com as outras ciências sociais. A ignorância e desinteresse em relação às demais ciências sociais foram dominantes. Os demais cientistas “não-econômicos” foram se afastando de conexões com a economia.
4. Imperialismo econômico e o desafio de redesenhar os limites das ciências sociais (1970-): hoje existem duas tendências no *mainstream* econômico em relação às demais ciências sociais. De um lado, ele avança em direção a sua própria introspecção, aprofundando o ambiente teórico de “mútua ignorância” da fase anterior. De outro, ele tem incorporado uma série de tópicos pertencentes às outras ciências sociais, onde, mesmo dentro do “imperialismo econômico”, o *mainstream* aceita redesenhar os limites das ciências sociais, aceitando pontos que antes hostilizavam teórica e metodologicamente. É desta tendência que trataremos como alternativa teórica ao *mainstream* dominante no século XX e que parece despontar sob a forma de uma “nova” batalha dos métodos. Agora não mais como uma disputa empírica-indutiva X abstrata-dedutiva, mas como rejeição ou aceitação de diálogo da economia com as demais ciências sociais.

⁷ Tradução livre: “uma pessoa não é provavelmente um bom economista se não for nada além disso”.

⁸ Tradução livre: “uma pessoa é provavelmente um bom economista se não for nada além disso”.

O NEFASTO LEGADO DA *METHODENSTREIT*

Após o primeiro período da batalha dos métodos, os economistas demonstraram total desinteresse nas outras ciências sociais, como forma de evitar problemas teóricos mais complexos. Isto persistiu durante grande parte da hegemonia keynesiana, sem, obviamente, sugerir que o keynesianismo integrasse tal perspectiva de exclusão teórica e metodológica. Segundo Swedberg (1990, p. 145), o sociólogo norueguês Gudmund Hernes classificou este período como o “período heróico da economia neoclássica”, cuja linha de pensamento tinha como principais hipóteses:

- (1) *The actors-firms, households, and so on-are unitary or “black boxes”;*
- (2) *The actors are rational and have consistent preferences in the sense that the firms maximize profit and the households maximize utility;*
- (3) *The actors are fully informed about their surroundings and they also have perfect knowledge about all possible alternatives;*
- (4) *The actors have no costs of calculation; they instantaneously pick the best alternative or the best combination of alternatives;*
- (5) *The transactions between the actors are free;*
- (6) *The consumers decide over the producers, and any change in their needs or desires is automatically taken into account through the price mechanism;*
- (7) *Economics is about production and consumption, and how scarce means with alternative uses are utilized to reach a social optimum;*
- (8) *Ideally this optimum is described with the help of the notion of general equilibrium; and such an equilibrium is reached when all the direct and indirect effects of the myriads of mutual decisions by consumers and producers become stabilized or so-to-speak settle down.*

Os atores da teoria neoclássica seguem regras não conectadas entre si, a não ser através das trocas momentâneas. Assim, a economia é vista de forma “independente” da sociedade. Como consequência da dicotomia entre economia e o resto (tão importante quanto e impossível de ser dissociado) tem-se uma dupla dimensão do indivíduo. De um lado o *homo economicus*, como ator individual e não interativo, e de outro o *homo sociologicus*, como ator coletivo⁹. Segundo Swedberg (1990, p. 146):

*In the sociology and economics of the 1950s homo economicus is, for example, always an **individual actor** while homo sociologicus is a*

⁹ Não é raro aparecer em textos dos institucionalistas o uso da expressão *homo institutionalis* como oposição ao *homo economicus*, na medida em que o primeiro, ao contrário do hibernante ser racional maximizador, estabeleceria as conexões entre as ações e o coletivo, através da interação social.

collective actor. The motive action of homo economicus is exclusively rational calculation, while that of homo sociologicus is irrational feelings, tradition, and values. We find homo economicus only in the market, and homo sociologicus everywhere but the market, and so on (see Table 1).

TABELA 1: IMAGENS NO ESPELHO DO PARADIGMA NEOCLÁSSICO FRENTE AO PARADIGMA SOCIAL (METADE DO SÉCULO XX)

	Homo Economicus	Homo Sociologicus
Actor	individual actor	collective actor
Principle of action	freedom of action	constraint of social structure
Motive of action	rational calculation	irrational feelings, tradition, and values
Arena of action	the market	all society but the market
Steering principle	multiple, decentralized decisions	decisions involving social and political power
Type of concepts used	analytical and abstract	empirical and descriptive
Goal of the analysis	prediction as explanation	description as explanation
Image in relation to the other Science	self-sufficient	self-sufficient

Fonte Swedberg (1990, p. 147).

O “IMPERIALISMO ECONÔMICO” E A AMEAÇA DE NOVA *METHODENSTREIT*

Se entre 1920-60 havia certo equilíbrio – ou tolerância, apesar da ‘mútua ignorância’ - entre economia e as demais ciências sociais, no período que se segue é a economia quem define os limites até onde pode incorporar as demais áreas sociais. Daí o termo “imperialismo econômico”:

*Economic imperialism is often advancing its ideas and claims to solve age-old problems in a provocative manner. It is thereby threatening to set off a new major battle about methodology in the social sciences, which may well end up being as destructive as the original **Methodenstreit**. (Swedberg, 1990, p. 148).*

Por conta deste “avanço”, o modelo neoclássico, nos anos 60 e 70, estendeu-se ao campo do direito, criminologia, demografia, educação e teoria organizacional, onde destacaram-se nomes como Gary Becker, Buchanan, Tullock, Posner, Williamson e muitos outros. Destacam-se neste período duas obras neste sentido *The New World of*

Economics, de Tullock and McKenzie e *The Economic Approach to Human Behavior* de Gary Becker. Becker, nesta obra, faz forte ataque à velha divisão do trabalho nas ciências sociais, vinculando a economia à riqueza e à produção, sendo que todas as formas de comportamento humano não-econômicas (leia-se compatíveis como o *homo economicus*) são irracionais, tradicionais e não-teorizáveis. Segundo Swedberg (1990, p. 149):

Economic imperialism or “the economic approach,” as Becker prefers to call it, is presented in the following way: “The combined assumptions of maximizing behavior, market equilibrium, and stable preferences, used relentlessly and unflinchingly, form the heart of the economic approach”. (...) Becker’s remark that the economic approach is applicable to “all human behavior.

Se o “imperialismo econômico” tivesse um aspecto positivo sobre as ciências sociais seria a abertura dos limites entre a economia e as mesmas. No entanto, seria de esperar um novo fechamento destes limites, a partir do retorno a posições específicas originais, inerente à constituição desta forma de pensamento. Explicando melhor, na visão de Swedberg, invés do ‘imperialismo econômico’ seria necessária uma abordagem capaz de orientar as ciências sociais, adaptando-as à situação de como ela é atualmente para um enfoque sintonizado com o renascimento do estudo da economia. Tal enfoque deveria contemplar três condições: (1) múltiplos *approaches* para os problemas econômicos; (2) abertura dos limites entre economia e as demais ciências sociais; e (3) incorporação da “complexidade” do comportamento humano e cultural. Neste sentido, entendemos que a proposição sugerida avança no sentido de incorporar os preceitos do institucionalismo contemporâneo, que discutiremos no final deste artigo.

O que está sendo enfatizado é a necessidade de se incorporar vários *approaches* para solucionar os problemas econômicos, como explicitado na “condição 1”. Em *socioeconomics*, isto significa incorporar os avanços oriundos do *mainstream*, da ciência política, da psicologia experimental, da sociologia quantitativa, etc. Tal incorporação deve ser dada em função da “complexidade” dos problemas econômicos, o que se contrapõe a tratar os referidos problemas de forma unilateral ou “reducionista”, no sentido de restrição a uma só dimensão teórica.

Em função desses aspectos, os limites entre economia e as demais ciências sociais devem ser abertos e ampliados, levando à “condição 2”. Ambas apontam para a necessidade de tratarmos tais questões em um ambiente de “complexidade”, que nos levam à “condição 3”. A junção destas três condições - que Weber se referia ao propor o

termo “sócio-economia” - deveria tratar da complexidade das relações entre cultura e história:

*“Culture” should here be understood first of all in terms of intersubjective meanings- meanings constructed and communicated between people in and around economic interaction. Involved in this, as Etzioni makes clear in **The Moral Dimension**, is also the question of human values: Social action is always structured in various ways around values and ethical issues of different kinds. In conclusion it can be said that there is presently going on a redefinition of the division of labor in the social sciences which is focused on economics.*

Este processo representa uma reaglutinação necessária e oportuna no sentido de superar a falta de comunicação entre a economia e as demais ciências sociais, que caracterizaram grande parte do século XX. Há elementos, neste sentido, que permitem avançar em uma direção a uma agenda positiva, a de superação do “imperialismo”, como Swedberg se refere. E a *socioeconomics* constitui importante passo na abertura desta nova porta. A nosso ver, é neste sentido que o institucionalismo, em sua versão original, constitui uma proposição teórica compatível com o conceito retomado por Swedberg.

Diria que, na atualidade, pode-se esboçar uma polarização revigoradora da batalha dos métodos, cujos avanços parecem apontar para o campo do institucionalismo em duas vertentes: uma próxima da Nova Economia Institucional (NEI) e outra baseada no institucionalismo originário de Veblen. Ambas não negam a importância da história, mas, enquanto a primeira advoga filiação ao individualismo metodológico, a última vê a relação entre indivíduos e instituições como indiscerníveis, constituindo o campo da interação social, por definição. A esta interação Swedberg designaria o campo da *socioeconomics* (à la Weber). E nós, o do institucionalismo (à la Veblen).

A NOÇÃO DE SOCIOECONOMICS

O legado da *socioeconomics* é devido a Max Weber que, à época da *Methodenstreit*, formulou pioneiramente a referida noção:

*Max Weber who invented “socioeconomics” or “Sozialökonomik,” to use the original German term. Weber’s thoughtful comments on the destructive potential of the **Methodenstreit** and the need for a new synthesis of neoclassical economics and the other social sciences, are part of the tradition of modern social science and should therefore be taken into account today when we are on the verge of a new **Methodenstreit**. (op.cit., p. 143, grifos do autor).*

Dos principais estudiosos da *Methodenstreit* encontram-se, além de Joseph Schumpeter, Knut Wicksell, que consideraram que tal batalha trouxe desastrosas consequências para a economia e outras ciências sociais (Swedberg, 1990). A partir da disputa Menger X Schmoller, iniciada em meados da década em 1880 - cujos discípulos continuaram se digladiando por décadas, século XX adentro -, estabeleceu uma dicotomia entre o método histórico e a “teoria pura”. Isto banuiu a história econômica dos currículos do *mainstream*.

Tal degradação teórica teria, já no século XIX, horrorizado Max Weber. Para solucionar o impasse oriundo da *Methodenstreit* e a divisão da economia em “duas ciências”, sugeriu uma síntese entre a abordagem neoclássica e a histórica. A isto designou *Sozialökonomik* ou *socioeconomics*. Este termo apareceu no discurso acadêmico alemão no final do século XIX, onde Weber pretendeu substituí-lo pelo “desgastado” (talvez por referência a Marx) termo “economia política”. Daí a tentativa de popularização do termo *socioeconomics*, conforme destacou o próprio Schumpeter (Swedberg, 1990).

A expressão *Socioeconomics* surge como alternativa à hegemonia do imperialismo, onde a economia pouco dialogaria como as ciências sociais. A expressão foi criada por Etzioni (Swedberg, 1990) e surgiu como uma resposta ao imperialismo econômico, enquanto alternativa à incapacidade da economia de incluir qualquer dimensão social fora do âmbito das análises tradicionais e excludentes. A última virada do século revelou uma reviravolta em relação a dominância do *mainstream*, constituindo uma “nova” *Methodenstreit*. Em outros termos, a hegemonia neoclássica, no âmbito do *mainstream*, avançou sobre áreas tradicionalmente fora de seu *hard core*, incorporando, em seu “cinturão teórico”, noções que antes repudiava, que eram tipicamente vinculadas à heterodoxa¹⁰. Daí, o surgimento de “nova” batalha que poderia ser caracterizada pela constatação de que: (1) há uma nova “batalha dos métodos” no horizonte; (2) ela pode tornar-se tão destrutiva para as ciências sociais como a *Methodenstreit* original; e (3) a *socioeconomics* representa uma resposta criativa e factível a esta ameaça.

¹⁰ Estamos nos referindo aos conceitos explicitados no início do artigo como imperfeições de mercado, incerteza, equilíbrios múltiplos, racionalidade limitada e instituições.

SOCIOECONOMICS MUDOU A VISÃO DO MAINSTREAM ?

Colander *et al.* (2004) enfatizam que o *mainstream* vem incorporando recentemente temas próximos à visão heterodoxa. Em que pese as diferenças, há, na visão dos autores, maior proximidade teórica e conceitual, na medida em que vem sendo incorporadas, em ambas as agendas (heterodoxas e ortodoxas), definições oriundas da abordagem da complexidade. Apesar da dificuldade em se definir o que vem a ser a mencionada noção, os autores enfatizam que houve no *mainstream* rompimento com a tríade “racionalidade, egocentrismo e equilíbrio”, o que descortina novas perspectivas analíticas. À sócio-economia de Swedberg, Colander prefere designar de mudanças no *mainstream*, o que só seria possível através da constituição de “novo paradigma econômico”. Nele, as instituições sociais, como veremos na sequência, constituem elemento central de análise, embora com enfoques nem sempre convergentes.

Para Colander *et al.* (2004), a economia está, atualmente, passando por uma mudança fundamental em seu método. Houve um afastamento da economia neoclássica e a construção de algo novo, ainda indefinido. Dentre as novidades estão a incorporação das noções da dinâmica, de métodos recursivos e da teoria da complexidade, pontos estes reivindicados, há pelo menos três décadas, pela heterodoxia. Saliente-se que estes pontos são centrais na agenda neo-Schumpeteriana e institucionalista. Esta mudança teria sido percebida em trabalhos recentes de economistas do *mainstream*.

Para Colander *et al.* (2004), a literatura heterodoxa atual sugere que o *mainstream* é muito semelhante ao que era há 50 anos, sendo designado de “economia neoclássica” e criticado pelos mesmos motivos da época. Neste sentido, seria interessante observar as distinções entre as noções de *mainstream*, ortodoxia e heterodoxia propostos pelos autores¹¹. Dequech (2007-2008) segue proposição semelhante, embora seu enfoque seja centrado nas instituições, como se verá.

¹¹ Para Colander *et al.* (2004, p. 489): (1) **Mainstream** consists of the ideas that are held by those individuals who are dominant in the leading academic institutions, organizations, and journals at any given time, especially the leading graduate research institutions. Mainstream economics consists of the ideas that the elite in the profession finds acceptable, where by ‘elite’ we mean the leading economists in the top graduate schools. It is not a term describing a historically determined school, but is instead a term describing the beliefs that are seen by the top schools and institutions in the profession as intellectually sound and worth working on; (2) **Orthodoxy** generally refers to what historians of economic thought have classified as the most

A hipótese levantada é que muitas das críticas, então formuladas ao *mainstream*, perdem sentido nos dias de hoje. Isto porque a economia fugiu da estrita aderência à “santíssima trindade”, representada pelas noções de racionalidade, egocentrismo e equilíbrio, em direção a uma posição mais eclética, representada pela incorporação das noções de comportamento propositivo, auto-interesse esclarecido e sustentabilidade.

O ponto central é que a economia vem avançando no sentido de se constituir em um “sistema complexo”, que requer um aprofundamento teórico e metodológico. Um sistema complexo é complicado demais para ser compreendido pelos agentes, que devem levar em conta aspectos comportamentais, culturais e sociais, em permanente processo de mudanças e interações. Tais sistemas complexos não podem ser entendidos a partir de princípios, mas através do “processo de mudança” que os sustentam. Esta noção integra a agenda de muitos dos economistas heterodoxos, que criticam o *mainstream* pela visão estática, preferências exógenas e *ceteris paribus*.

Colander *et al.* (2004) salientam que está havendo mudança na visão dos economistas, que está associado a novo padrão conceitual e metodológico em relação à visão *standard* antes referida como ortodoxa. Em nossa visão, os autores parecem muito otimistas nesta visão. Argumentam que, enquanto a ortodoxia continua negligenciando a diversidade, os economistas associados ao “novo” padrão *mainstream* a vem contemplando.

O tratamento de novas questões vem sendo possível devido aos avanços na “tecnologia analítica”, como a dinâmica não-linear, que incorporou o tratamento a

*recently dominant ‘school of thought,’ which today is ‘neoclassical economics.’ In our view, modern mainstream economics is quite different from this neoclassical concept of orthodox economics. (...) In our view, neoclassical economics is an analysis that focuses on the optimizing behavior of fully rational and well-informed individuals in a static context and the equilibria that result from that optimization (...) [where] axiomatic deduction is the preferred methodological approach. For example, Marx (1847) coined the term ‘classical economics’, even though the Classical school is seen as starting back in the late 1700s. Before Marx’s general classification there was no name for the classical orthodoxy. Similarly, the term ‘neoclassical economics’ was coined by Veblen (1900), referring to the economics of the last part of the 19th century; (3) Finally, **heterodox** (...) mean[s] to be ‘against orthodox,’ and defines itself in terms of what it is not, rather than what it is. However, in our view, heterodoxy also has a sociological aspect. A self-identified heterodox economist has also defined his or her self outside the mainstream. In economics, at least, beyond this rejection of the orthodoxy there is no single unifying element that we can discern that characterizes heterodox economics. Among the most established of the heterodox schools with reasonably full systems of institutional support are Marxists, Post Keynesians, feminists, Old Institutionalists, and Austrians.”* Uma interessante discussão sobre a natureza do pensamento heterodoxo é realizada por Lawson (2006).

modelos complexos; ao desenvolvimento das capacitações computacionais, que permitiu avanços dos modelos de simulação e de *agent-based*. Por exemplo, o desenvolvimento da dinâmica não-linear permitiu a elaboração de modelos com mudança das situações de equilíbrio e os modelos *agent-based* permitiram incorporar agentes heterogêneos, cujo comportamento foge do foco no equilíbrio único. Tais avanços, além de permitir tratar questões antes insolúveis, aproximaram as ciências sociais da economia, constituindo o que Thomas Kuhn chamou de “mudança de paradigma”. Esta foi a grande mudança na agenda sócio-econômica. Em que pese o esforço de Colander *et al.* (2004) em aproximar abordagens tão díspares, entendemos que há uma enorme distância entre a ortodoxia e a heterodoxia, com diferenças inconciliáveis do ponto de vista metodológico, conceitual e “paradigmático”. Isto não implica dizer que os temas tratados não possam se aproximar. Esta aproximação vem sendo feita principalmente no campo institucionalista, que vem evidenciando enfoques convergentes na incorporação do que Swedberg designou *socioeconomics*. Neste sentido, o *Methodenstreit* contemporâneo, se é que existe, tem pendido para o campo da economia institucional. É disto que trataremos no próximo item.

III. PORQUE AS INSTITUIÇÕES INTEGRAM A *SOCIOECONOMICS*

Dequech (2007-2008), Théret (2003) e Hodgson (2010) têm reiterado a importância do termo “instituições”, bem como a necessidade de sua extrapolação fora dos limites da economia, sem a qual, dificilmente, sua real dimensão conceitual, analítica e metodológica poderá ser percebida.

Em Dequech (2013), as instituições são entendidas, de modo amplo, como sistemas de regras socialmente compartilhadas, em termos de comportamento e/ou de pensamento, as quais têm alguma recorrência no tempo. Dentre os vários aspectos do social, os autores esgotam ora um, ora outro destes elementos. Por exemplo, Mark Granovetter (2005), da designada “nova sociologia econômica”, explora as redes de relações interpessoais, e o caráter *embeddedness* das instituições. Outros exploram as relações de poder, hierarquia e dominação. North e a tradição da NEI tem se voltado para os modelos mentais compartilhados, que vem estabelecendo grande vinculação com o institucionalismo vebleniano e comportamental. Enfim, todos estes aspectos vêm revelando uma amplificação do enfoque institucionalista, que, ao contrário de afastar,

vem estreitando os nexos teóricos com o institucionalismo original de Veblen (Hodgson, 2007b).

Não pretendemos esgotar cada uma das interações teóricas apontadas pelos referidos autores, visto fugir dos objetivos desse texto. Mas queremos, isto sim, explicitar a relevância e atualidade da agenda de pesquisa institucionalista, no campo das ciências sociais, que vem apontando novos desdobramentos teóricos no campo evolucionário, na noção de modelos mentais, na relação agente-estrutura, na mudança institucional, etc.

Sob a perspectiva do *socioeconomics*, e convergindo para o institucionalismo, Bruno Théret (2001) retoma a ênfase das instituições, como instâncias mediadoras entre as estruturas e as ações humanas. Esta perspectiva abre um leque de interfaces do institucionalismo com as ciências sociais, extrapolando limites estritamente econômicos, que, pretensamente, pretendem incorporar a totalidade destas relações analíticas. As fronteiras entre economia, sociologia e ciência política são bastante amplas, evidenciando que o institucionalismo não se pode arrogar herdeiro de uma única tradição teórica, mas avançar a partir das interfaces com as demais áreas de conhecimento. É esta dimensão analítica que permite incluir o institucionalismo dentro da nomenclatura weberiana de *socioeconomics*.

Tanto em economia, como na sociologia e na ciência política há versões institucionalistas, que tratam das organizações, da interação micro-macro, do peso dos aspectos cognitivos ou normativos das instituições e da forma como operam as mudanças institucionais e sua difusão. Em todas as três áreas das ciências sociais – economia, sociologia e ciência política – há um desenvolvimento básico do institucionalismo, que Théret (2001) designa genealogia própria. Na teoria econômica da França, esta estrutura teórica é subdividida em três abordagens: a Teoria da Regulação, a Nova Economia Institucional e a Economia das Convenções. Em comum, elas têm desenvolvido um *approach* mais convergente do que divergente, designado de “holindividualismo” (Théret, 2003), cuja ênfase é recolocada no institucionalismo original.

Convergindo com as proposições de Dequech e Théret, Geoffrey Hodgson (2009) aponta para a confluência das ciências sociais com o institucionalismo. Reiterando sua filiação ao *Original Institutional Economics* de Thorstein Veblen, sugere que “*we are all institutionalists now*”, tamanha proeminência da referida linha de pensamento, não só em economia, mas em todas as ciências sociais.

Tanto na velha, quanto na nova economia institucional está ocorrendo uma “renovação” da concepção sobre o “agente” econômico, incorporando noções como preferências endógenas, modelos mentais, hábitos e padrões de comportamento, que desenham uma nova agenda de pesquisa em economia institucional. Isto, a nosso ver, caminha no sentido da “superação do imperialismo” a que se referia Swedberg, e dialoga com a perspectiva da *socioeconomics*, reivindicada por Weber, revigorando uma convergência ao institucionalismo.

Hodgson (2009) salienta que o interesse dos economistas por questões institucionais não se constitui novidade, mas, pelo contrário, sempre ocorreu, inclusive influenciando a Escola Histórica Alemã desde seu início:

The interest by economists in institutions is not new. Previously, both the German historical school (which thrived from the 1840s to the 1930s) and the American institutionalists (which were dominant in America in the interwar period) had made the nature and economic role of institutions a central topic of investigation and analysis. Today these schools are often ignored. Even worse, they are sometimes wrongly described as atheoretical or anti-theory, neglecting important theoretical contributions by Gustav Schmoller, Thorstein Veblen, Wesley Mitchell, John R. Commons and others.

O velho institucionalismo e a escola histórica alemã constituíram movimentos amplos e heterogêneos, adotando uma variedade de posições filosóficas, teóricas e políticas, cuja vinculação se dava a partir de uma teoria econômica sensível às peculiares condições históricas e culturais. Isto incomodava quem via, ou queria ver, a economia como uma ciência fria, esvaziada de comportamentos idiossincráticos e regida sob leis rígidas e relativamente imutáveis. Tal conflito caracterizou a primeira batalha dos métodos e repercutiu ao longo de todo o século XX, afastando o institucionalismo do centro do debate teórico em economia.

Veblen foi o grande inspirador do institucionalismo norte-americano, no século XIX, que se disseminou subsequentemente. Sua ênfase era nas instituições, na mudança institucional e na rejeição à psicologia hedonista. Além de ver os mercados como instituições, inseria o estado como articulador das ações coletivas de coordenação econômica. Por conta disto, os indivíduos teriam a função de estabelecer critérios de ação, onde, através de suas “preferências endógenas”, tanto “moldavam”, quanto eram influenciados pelas circunstâncias culturais e institucionais. Estabelecia-se assim uma dualidade - ou uma interação recíproca - entre a parte, o indivíduo, e o todo, as instituições, que interagiam reversivamente, constituindo trajetórias históricas de

crescimento e evolução econômica. Para Hodgson (op.cit., p. 5), na tradição institucionalista norte-americana derivada de Veblen:

“The notion that individual tastes and preferences are moulded by circumstances is frequently criticised as a concession to structural or cultural determinism. The mistake is to make the individual a puppet of the social or cultural context.(...) In the writings of Veblen and Commons there is both upward and downward causation; individuals create and change institutions, just as institutions mould and constrain individuals. The old institutionalism is not necessarily confined to the cultural and institutional determinism with which it is sometimes associated.”

O que a perspectiva institucionalista vebleniana trouxe de novo no campo das ciências sociais foi a incorporação dos princípios darwinianos de variação-seleção-e-herança, a incorporação dos indivíduos no processo de mudança institucional, e a evolução institucional como processo histórico constituído pela interação indivíduos-instituições. Tal processo, pela sua própria natureza, é incapaz de ser previsível, mas desdobra-se cumulativamente no ambiente econômico e social. Estes elementos constituem uma agenda de pesquisa, que revela novas facetas da batalha dos métodos original, integrando as ciências econômicas e sociais, sob o espectro do institucionalismo.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se permite extrair desta discussão, que coincide com a própria história do pensamento econômico, é que permanece o embate entre posições ortodoxas e heterodoxas. Entretanto, temas comuns vêm sendo tratados simultaneamente nas duas abordagens, onde uma aproximação entre a economia e as demais ciências sociais vem tomando forma. Nesta disputa, o campo teórico designado de *socioeconomics* vem possibilitando a inclusão de temas sociais, antes excluídos do debate econômico convencional. Por conta deste novo desafio teórico, emerge o institucionalismo original, cuja agenda de pesquisa vem permitindo avançar em questões antes alheias ao pensamento econômico. E isso revela um avanço em relação à batalha dos métodos original.

REFERÊNCIAS

- BLAUG, M. (1994). *Methodology of Economics, or How Economists Explain*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BÖHM-BAWERK, E. von. (1890). “The Historical vs. the Deductive Method in Political Economy.” *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 1: 244–271.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2012). “Why Economics should be a modest and reasonable Science”. *Journal of Economic Issues*. v.XLVI, nº2: 291-301, June.
- COLANDER, David, HOLT, Richard P. F. & ROSSER, JR J. Barkley (2004). The “Changing Face of Mainstream Economics”. *Review of Political Economy*. Volume 16, Number 4, 485–499, October.
- DEQUECH, David (2007-2008), “Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics”, *Journal of Post Keynesian Economics*, 30(2): 279-302.
- DEQUECH, David (2009), “Institutions, social norms, and decision-theoretic norms”, *Journal of Economic Behavior and Organization*, 72(1): 70-78.
- DEQUECH, David (2013), “Economic institutions: explanations for conformity and room for deviation”. *Journal of Institutional Economics*, 9(1): 81-108.
- FERRARI FILHO, Fernando e TERRA, Fábio Henrique Bittes. (2016). Reflexões sobre o método em Keynes. *Revista de Economia Política*, vol. 36, nº 1 (142), pp. 70-90, janeiro-março.
- HAYEK, F. A. (1930). “Carl Menger.” *Economica, New Series* 1(4): 393–420.
- HODGSON, G. M. (2001). *How Economics Forgot History*. London: Routledge.
- HODGSON, Geoffrey (2004). **The Evolution of Institutional Economics: Agency, structure and Darwinism in American Institutionalism**. Routledge, London. 559 p.
- HODGSON, Geoffrey M. (2007a). Institutions and Individuals. **Organization Studies**. 8(1). Downloaded from <http://oss.sagepub.com> at University of Athens.
- HODGSON, Geoffrey M. (2007b). Evolutionary and Institutional Economics as the New Mainstream? **Evol. Inst. Econ. Rev.** 4(1): 7–25.
- HODGSON, Geoffrey M. (2009). Institutional Economics into the Twenty-First Century. *Studi e Note di Economia, Anno XIV, n. 1, pagg. 03-26*. Gruppo Montepaschi.
- LAWSON, T. (1997). *Economics and Reality*, Routledge, London and New York.
- LAWSON, T. (2003) *Reorienting Economics*, Routledge, London and New York.
- LAWSON, T. (2005) “The Nature of Institutional Economics,” *Evolutionary and Institutional Economics Review* 2. 1: 7–20.

LAWSON, T. (2006) “The nature of heterodox economics,” *Cambridge Journal of Economics* 30: 483–505.

LAWSON, Tony (2009). **Ontology and Economics: Tony Lawson and his critics**. Routledge, London and New York. 359 p.

LOUZEK, Marek (2011). The Battle of Methods in Economics: *The Classical Methodenstreit—Menger vs. Schmoller*. **American Journal of Economics and Sociology**, Vol. 70, No. 2 (April). p. 440-463.

NELSON, Richard (1995). Recent Evolutionary Theorizing About Economic Change. **Journal of Economic Literature**. Vol. XXXIII, march, p. 48-90.

PRADO, Eleutério (2009). **Economia, complexidade e dialética**. São Paulo, Plêiade. 165 p.

SWEDBERG, Richard (1990). Socioeconomics and the New “Battle of the Methods”: Towards a Paradigm Shift? **The Journal of Behavioral Economics**, University of Stockholm, Volume 19, Number 2, pages 141-154.

THÉRET, Bruno. (2003). “As instituições entre as estruturas e as ações,”. **Lua Nova**, n. 58, pp. 225-254. Título original: “*Vers une convergence intra-et interdisciplinaire des conceptions de l’institution?*” Comunicação no Colóquio “*Organizations et institutions: règles, coordination et evolution*”, maio de 2001. Tradução de Bernardo Ricupero.